



DEBATES ANTIRRACISTAS

Direitos Humanos e Políticas Sociais

Loiva Mara de Oliveira Machado

Daniela Ferrugem

Cíntia Marques da Rosa

Organizadoras

**cirkula**

Copyright © Editora CirKula LTDA, 2022.
1º edição - 2022

Revisão, Normatização e Edição: Mauro Meirelles
Diagramação e Projeto Gráfico: Luciana Hoppe
Capa e Ilustrações: Luciana Hoppe
Tiragem: 100 exemplares impressos

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

D286 Debates antirracistas; direitos humanos e políticas sociais [recurso eletrônico] /
Loiva Mara de Oliveira Machado, Daniela Ferrugem, Cíntia Marques da Rosa,
organizadoras. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2022.
288 p.: il.

ISBN: 978-65-89312-71-0
E-book

1. Educação antirracista. 2. Cidadania antirracista. 3. Políticas sociais. 4.
Direitos humanos. 5. Racismo institucional. 6. Ações afirmativas – Universidades.
7. Políticas públicas – Assistência social. 8. Programa de Extensão – Coletivo
AYA/UFRGS. 9. Antirracismo. 10. Racismo estrutural. 11. Desigualdade racial. I.
Machado, Loiva Mara de Oliveira. II. Ferrugem, Daniela. III. Rosa, Cíntia
Marques da.

CDU: 323.118:37

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula
Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim
Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190
e-mail: editora@circula.com.br
Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br



Direitos Humanos e Políticas Sociais

**Loiva Mara de Oliveira Machado
Daniela Ferrugem
Cíntia Marques da Rosa**
Organizadoras

**cirkula**

2022

Ergendo nossas vozes: mulheres negras e produção de cuidado

Luciana Rodrigues¹

Introdução

Aviso às/aos navegantes!

Mil nações
Moldaram minha cara
Minha voz
Uso pra dizer o que se cala
O meu país
É meu lugar de fala

“O que se cala”, Canção interpretada por Elza Soares.

Busco com esse texto, um texto-conversa, um texto-carta. Sim, podemos pensar que toda leitura é um convite ao diálogo. Mas o que eu quero dizer a vocês é que aqui, no espaço dessas páginas, meu exercício é de uma escrita que aceita o convite que nos foi feito pela pensadora feminista chicana Gloria Anzaldúa

¹ Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente colaboradora do PPGPSI/UFRGS. Coordenadora do Coletivo bell hooks: psicologia e políticas do cuidado e do grupo Tessituras (UFRGS). E-mail: lurodrigues.psico@gmail.com

(2019, p. 93), de jogarmos fora a abstração, o mapa e os compassos com os quais a academia colonial tenta constantemente nos forjar: “sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor” — é o que nos diz a pensadora.

As cartas nos permitem exercitar uma política do cotidiano, como convida a pensadora e feminista afronorte-americana bell hooks, política pela qual compomos experiências pessoais, conteúdos e análises dessa sociedade na qual vivemos. Cartas nos aproximam (ANZALDUA, 2019; BATTISTELLI, 2017). Como nos diz Gloria Anzaldúa (2019), nos ajudam a não separar vida e escrita e a alcançar uma certa intimidade com nossas/os interlocutoras/es. Então, é a partir de minhas experiências e encontros com autoras como bell hooks, Gloria Anzaldúa e Lélia González, que seguirei por esse texto-conversa.

Experiências Compartilhadas

A mulher de dentro de cada um não quer mais silêncio

A mulher de dentro de mim cansou de pretexto

A mulher de dentro de casa fugiu do seu texto

E vai sair

De dentro de cada um

A mulher vai sair

E vai sair

De dentro de quem for

A mulher é você

“Dentro de cada um”,

Canção interpretada por Elza Soares.

Falar sobre erguer a voz como bell hooks (2019) nos instiga – justamente para pensar a produção de cuidado, aqui prioritariamente, pensando a partir de alguns aspectos mais amplos e comuns da experiência coletiva de ser mulher negra brasileira – não é uma tarefa simples, mas cheia de afeto quando quem escreve a vocês é, também, uma mulher negra, mãe de um menino negro, lésbica, psicóloga-professora nessa América Latina (GONZALEZ, 2019a) que habitamos e que nos habita. Experiências comuns de um cotidiano que atualiza cenas coloniais (KILOMBA, 2019) em cenários racistas e sexistas, pois como nos fala a pensadora moçambicana Maria Paula Menezes (2018, p. 120):

o colonialismo não se cinge a um conjunto de instituições e práticas políticas; o colonialismo é um paradigma, um conjunto de axiomas, conceitos e discursos através dos quais se procura representar o mundo através de uma dada perspectiva – no caso do colonialismo moderno, através de uma perspectiva racional eurocêntrica – que procura domesticar a diversidade do mundo em função dos seus referenciais científicos, que considera uma forma universal de conhecimento.

Os lugares que ocupo se compõe também pelas minhas experiências em uma família de classe média (que foi ascendendo a esse patamar durante minha adolescência) e interracial – com todos os afetos e conflitos que o fato de ter uma mãe branca e um pai negro de pele retinta podem (re)produzir. Questões que falam de um pessoal que é político por não se constituir apenas como uma experiência individual, pois o racismo e o sexismo de uma sociedade fundada sob um sistema de dominação patriarcal e supremacista branco, como denuncia bell hooks (2019), passam nossos corpos, nossas vidas. São violências que ocorrem de diferentes formas e intensidades, que vão pesando muito

mais quanto mais escuro for o tom de nossas peles. Como nos diz Vilma Piedade (2017, p. 24) “são muitos tons de Pretas” e eu falo do lugar de uma mulher negra com um tom pele claro.

Então, caras/os leitoras/es, não há nenhuma pretensão de neutralidade nesse texto, pois se há algo que as feministas negras têm me ensinado é que temos um corpo, com emoções, sentimentos e pensamentos; não somos um intelecto acadêmico ambulante. E assumir nossos saberes situados não torna nossa produção de conhecimento menos legítima – ainda que a academia branca, patriarcal e elitista queira, por muitas vezes, nos fazer acreditar nessa falácia.

Assim, assumo meus lugares de fala e de passagem como o chão a partir do qual posso sustentar e oferecer leituras possíveis para pensarmos sobre o tema da produção de cuidado e mulheres negras. Ainda que possamos ser de diferentes áreas (escrevo desde o campo da Psicologia Social e, pode ser que você me leia de outras áreas do campo da Saúde, da Assistência Social, da Educação...) podemos pensar a produção do cuidado como um espaço comum. A partir dele, é possível nos interrogarmos sobre como seria possível produzir práticas de cuidado sem sustentarmos uma ética antirracista? Isso inclui pensarmos sobre como acolhemos uma mulher negra. Como acolhemos uma mulher negra vítima de violência? Como uma equipe hegemonicamente branca de um serviço público, onde se opere com o cuidado, acolhe uma mulher negra? Os números das desigualdades por gênero e raça escancaram um diagnóstico que todas/os nós já sabemos, ser mulher negra nesse país ganha, infelizmente, em um quesito que é mortal: o da violência, seja ela de que ordem for – física ou psicológica. Dados recentes nos trazem uma infeliz estatística: homicídios de mulheres negras aumentaram 12,4%,

enquanto os homicídios de não negras teve uma redução de 11,7% (CERQUEIRA et AL, 2020).

Lélia Gonzalez (2019b), pensadora negra brasileira, intérprete de nosso país, há décadas sabiamente nos mostrou como é que nós encaramos as mulheres negras aqui por nossas terras. Da mucama a ama de leite, o contemporâneo trocou as palavras, mas não os lugares. Nos reservam, com aquela generosidade que só a supremacia branca sabe ter, dois lugares muito bem delimitados – o da mulata, aquela do carnaval e do verão, tipo exportação, sabe? E o da empregada doméstica (GONZALEZ, 2019b). E aí de nós, se ousarmos romper as margens que tentam nos conter nesses espaços. A casa-grande tem a senzala como lugar de enclausuramento do sujeito negro; é nossa luta sair desse lugar que incomoda. Mal se ligaram eles (esse pessoal da casa-grande) que foi a mulher negra que, no embalo das crianças do sinhô, passou adiante a cultura e as heranças negras da nossa gente (GONZALEZ, 2019b), construindo o território que Lélia González (2019a, p. 321) tão bem nomeou como América Ladina, pois a

formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirmar: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana [...].

Quem de nós, ocupadas/os com o campo da produção de cuidado, reconhece essas heranças? O que vemos quando olhamos para uma mulher negra? O que vemos quando olhamos para uma mulher negra esperando atendimento? Quando olhamos para uma mulher negra na universidade? Quando vemos uma

mulher negra reivindicando seus direitos? Quando vemos uma mulher negra em uma parada de ônibus? Em um programa de televisão? Estamos em diferentes lugares, mas ainda somos vistas pela lente colonial (GONZALEZ, 2019b; KILOMBA, 2019). Micro violências ou violências sutis, não porque seus efeitos são menores, mas porque atuam em um nível que passa como se não estivesse acontecendo. “Quanto tu cobras para fazer uma faxina?” pergunta a mulher branca ao se aproximar da mulher negra na parada de ônibus. “Acho que tu entrastes no lugar errado”, diz a secretária da universidade à estudante negra. “Com esse cabelo tu nunca vai poder trabalhar em um CAPS”, diz a professora branca. “Tu tá servindo?” pergunta a colega branca participante do mesmo evento que tu, que é a colega negra. Cenas coloniais, cotidianas... como olhamos para essas cenas? Como pessoas brancas olham, atuam, intervêm nessas violências do cotidiano? Muitas vezes não intervêm... A violência é o espancamento, a morte, mas é, também, o que está colocado nessas cenas cotidianas. E a academia com suas heranças e fundação branca, patriarcal, elitista, cisheteronormativa e eurocentrada também é fábrica de reprodução de lógicas violentas que hierarquizam corpos, saberes e modos de se estar no mundo.

Como é acolhido um corpo negro na universidade? Como uma mulher negra é olhada quando fala, quando escreve, quando se movimenta no espaço acadêmico? E se for uma mulher negra cis e mãe? Se for negra, mãe e lésbica? Se for uma mulher negra trans? O lugar do saber no projeto ocidentalizado de universidade é branco e masculino, como nos fala Ramón Grosfoguel (2016). Então, como é que essa academia recebe e acolhe uma estudante, uma técnica ou uma professora negra sem que se exija que seus corpos e saberes se dobrem a hegemonia do padrão colonial que nos violenta?

Outro dia lendo, um quadrinho que conta sobre a trajetória da cantora negra estadunidense Billy Holliday (MUÑOZ e SAMPAIO, 2017), fiquei estarelecida, mas, infelizmente, não surpresa com a violência que a empreitada colonial (MENESES, 2018; MBEMBE, 2018) tornou possível lançar sobre nossos corpos. Uma mulher incrível, de um talento fenomenal que sofreu violências quase insuportáveis de escutarmos/lermos. E isso, por ter sido uma mulher negra que ousou sustentar e afirmar seu próprio caminho, seu próprio desejo como sujeito e sua luta por igualdade racial. Quantas mulheres negras enfrentam diariamente o silenciamento, o racismo, o sexismo que corta nossos corpos? O que não mata, deixa cicatrizes, feridas que, por vezes, sangram por um longo tempo.

Nossa produção de Cuidado precisa ser antirracista

Frente as violências históricas que recaem sobre nossos corpos e nossas almas, não é possível sustentar práticas de cuidado e produção de saúde sem que estejamos aliançadas/os com a luta antirracista, pois o risco que se coloca é de seguirmos pactuando com as heranças cotidianamente atualizadas pela violência colonial que nos funda enquanto nação, a partir dos diferentes campos de atuação profissional implicados na produção do cuidado e saúde.

Para as pessoas brancas há o privilégio de não ter que pensar sobre o tensionamento racial que nos violenta. Portanto, o primeiro passo é reconhecer que, sim, somos um país constituído sob o cimento do racismo – como versa Luciene Nascimento (2017). E pensar a implicação da branquitude nesse processo é fundamental, afinal, quem inventou e hierarquizou os povos em raças, inferiorizando quem não se assemelhava a elite branca dos países europeus que se lançaram à colonização, foram os pró-

prios brancos que seguiram atualizando os privilégios gerados pela escravização de africanas e africanos em nossas terras.

Por isso, como nos convoca Sueli Carneiro (2011), outra grande pensadora negra desse país, precisamos construir estratégias que passem pelo oferecimento de ferramentas de desconstrução da branquitude como ideal a ser seguido. Algo fundamental para que não sigamos com lógicas violentas que forcem mulheres negras a terem que dobrar seus corpos e almas para se sentirem aceitas, respeitadas, acolhidas, enfim, pessoas. E isso não pode ser um exercício apenas no plano das ideias, nem apenas em datas específicas como o novembro negro, mas ali no espaço possível à produção de cuidado cotidiano, ou seja, no encontro, na relação com as/os usuárias/os e todas/os a quem oferecemos e com quem construímos práticas de cuidado. A branquitude, como um sistema de opressão e privilégios (PIEDADE, 2017) encontra-se em operação todos os dias do ano.

Nesse caminho, o enfrentamento ao racismo exige que posamos nos perguntar sobre o cuidado que ofertamos e quais os princípios e estratégias que utilizamos para contribuir para sua produção. E isso inclui interrogarmos que tipo de cuidado se constitui se desempenhamos práticas que rejeitam a compreensão dos efeitos do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), que opera na manutenção do mito de uma democracia racial. Isso me traz à lembrança uma discussão sustentada por Emerson Merhy (2012, p. 271) ao falar sobre a produção de cuidado no campo da Saúde, ele nos convoca a lutarmos contra o que chamou de um agir torturador, aquele que atua na “lógica em que o saber do usuário só interessa se ele falar aquilo que se quer ouvir”.

Sustento que esse agir torturador atua em consonância com um projeto colonial racista (RODRIGUES, 2020) onde a branquitude está sempre reafirmando a sua pretensa e inventada su-

premacia. Reconhecer lógicas, como as do torturador (MERHY, 2012), faz diferença nas práticas de cuidado; faz diferença em uma aposta ética de trabalho onde todas as vidas efetivamente valham a pena, como o próprio autor nos diz. É por isso que apostar na produção de cuidado sem sustentarmos uma prática antirracista não faz sentido.

Se a força dos sistemas de dominação nos fragmenta, como mostra bell hooks (2019), a linguagem é também nosso lugar de luta. E os espaços de educação, como o espaço da universidade, não podem se ausentar desse enfrentamento. É preciso que nossa formação tenha como um de seus pilares a ética antirracista. A pauta de garantia de direitos sociais, as pautas feministas e antirracistas vem, sim, tencionando essa academia ainda tão colonial para que situações nas quais estudantes negras/os são vítimas de racismo/sexismo deixem de ser possíveis, e/ou, uma colega acadêmica negra não precise ver questionado o seu lugar na estrutura de uma universidade. Como afirma Vilma Piedade (2017, p. 47):

A branquitude poderia ser um pouco mais criativa e se dar ao luxo de pensar que a história é mais dinâmica que as palavras. Demora. Mas a fila anda. E a nossa andou, apesar da faxina ainda ter cor por aqui... Enquanto a faxina for preta, exclusiva das Mulheres Pretas, vamos ter que enfrentar esse desafio pós-moderno, colonizado – reafirmar a todo momento Quem Somos. E nem sempre basta. Pro racismo não basta.

O pessoal é político: cuidar a si é, também, cuidar de nós

Desafiar mulheres a se manifestar e, contarmos nossas histórias, tem sido um dos aspectos transformativos centrais do movimento feminista (HOOKS, 2019, p.19).

O enfrentamento ao racismo exige estratégias. Entre elas, estratégias que passam por oferecermos e exercitarmos espaços e possibilidades de autorrecuperação para mulheres negras, como nos convida bell hooks (2019). Espaços que se constituem pela possibilidade de narrarmos nossas histórias, de sermos escutadas. Assim, é sobre a possibilidade de apostarmos e construirmos estratégias nessa perspectiva que gostaria de seguir daqui em diante.

Falar da proposição de bell hooks (2019) para nossa autorrecuperação é algo que me emociona porque, embora eu nunca tenha pensado nesses termos, reconheço que, ao me encontrar com os escritos da autora, esse exercício de recuperar a si é algo que venho tentando exercitar há algum tempo. Hoje consigo reconhecer e nomear muitas coisas que no passado não conseguia e a leitura dela me ajuda muito nesse processo de “lumiar” os olhos. Como ela mesmo diz, é tamanha as forças de dominação que se lançam sobre nós, que nos fragmentam em tantos espaços da nossa existência (HOOKS, 2019), que às vezes, levamos tempo para conseguirmos encarar de frente nossas dores, nossa “Dororidade” como nomeia Vilma Piedade (2017, p. 16) que “contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa dor é Preta”. E se o pessoal também é político (HOOKS, 2019), gostaria de seguir pensando sobre a produção de práticas de autorrecuperação e cuidado articulando, nesse percurso, a partilha de algumas experiências que vivi na aposta de uma produção de conhecimento sustentada em uma política do cotidiano (HOOKS, 1995).

Sexismo e racismo adoram andar juntos para nos dobrar. Eu já senti isso em diferentes cenários pelos quais transitei no espaço acadêmico, inclusive, atualmente, como docente na universidade. E parecem tão poucos os espaços coletivos para a construção de autocuidado... Foi no doutorado, em meio a

maternidade, o momento mais doloroso da minha vida. Dois acontecimentos lindos, que tanto sonhei, estavam acontecendo, ao mesmo tempo em que, a solidão e o cansaço me assolavam. Não é fácil falar sobre isso. Não ter rede ou um coletivo faz muita falta. Hoje me pergunto como escrevi uma tese nas madrugadas, revezando a escrita com o chamado do meu filho que acordava diversas vezes à noite. De onde tirei energia para cuidar dele durante o dia? Para cozinhar? Cuidar da casa? Isso exigiu muitas idas e vindas para a cidade dos meus pais, pouco mais de duas horas de viagem (de ônibus) da cidade onde resido. Tudo muito cansativo, mas era o que dava para fazer para ter umas poucas horas para escrever durante o dia. Da universidade o suporte que eu tive foi ter licença maternidade. Importante, mas não o suficiente. Quem pensa e se importa com as condições de trabalho e produção de uma mãe? O que preocupa os espaços e grupos acadêmicos? Que vidas valem a pena nesses espaços? Os nossos corpos não são os mesmos. Para quem importa enfrentar o sexismo e racismo quando a academia é hegemonicamente branca, masculina e elitista? Sigam os padrões ou sofram as consequências: por vezes, é o que se passa.

Não é à toa que chegou o dia em que desmoronei. Depois do doutorado fui fazer um concurso para docente nas mesmas condições existenciais anteriores. Saí chorando de todas as etapas do processo seletivo. Um cansaço para além do corpo. Tudo isso se tornou pior pelo fato de não ter redes ou coletivos que me permitissem, ao menos, poder falar sobre isso. Eu era doutora, mas estava desempregada e angustiada sobre como cuidar de mim e do meu filho na iminência de um casamento que não se sustentava mais. O preço de tudo isso estourou na semana em que passei três dias chorando. Em casa, no ônibus, no chuveiro, na cama... pensei em ir a uma Emergência Hospitalar, não sabia

mais o que fazer. O que me segurou foi pensar em como ficaria meu filho se eu não conseguisse passar por tudo isso. No quarto dia, depois de caminhar pelas redondezas, algo mudou e as lágrimas pararam. Não sei dizer como. E quando a inundação baixou, alguma coisa se transformou.

Talvez vocês podem estar se perguntando o que isso tudo tem a ver com a produção de cuidado, com as proposições da bell hooks (2019). Para mim tudo. Se a linguagem é nosso lugar de luta, de ação, não poder falar sobre nossas experiências, não encontrar lugar de acolhida, como vivenciei nesse período (entre outros ainda difíceis, inclusive, de narrar para mim mesma), que exercício de autorecuperação é possível? Olhar para nossas histórias é também entender o lugar de experiências comuns ao coletivo de mulheres, de mulheres negras, de mães na academia, de mães negras. A solidão da Pós-Graduação, a solidão da maternidade, a responsabilização exclusiva pelo cuidado dos filhos, pelo fim de um casamento, por sustentar posicionamentos epistemológicos outros, tudo isso pesa no corpo e na alma da gente quando não encontramos acolhida. É dolorido, diante do cansaço e da tristeza implicados com as violências sutis nos espaços de trabalho, se deparar com interpelações como “tu tem que falar que tá bem para as pessoas” ou “tu já pensou em ir em um Psiquiatra?” Como podemos pensar a oferta de acolhimento em espaços onde violências se reproduzem quando só apontamos a responsabilidade do outro pelo cuidado? Qual é o corpo que pode ter emoções neutralizadas frente a diálogos sobre racismo e lógicas coloniais no próprio local de trabalho? A paz é branca, como nos lembra Marcelino Freire (2008).

Segue sendo uma questão pensar que espaços possíveis encontramos de acolhimento e produção de cuidado? Como nos fala bell hooks (2019, p. 81) “nomear a dor ou revelar a dor

num contexto que não está ligado a estratégias de resistência e transformação criou para muitas mulheres condições ainda maiores de hostilidade, isolamento e, às vezes, desespero”. Infelizmente, isso também está entre as tantas coisas que se produzem no contexto universitário. Hoje tenho um pouco mais de chão, por estar em coletivos de mulheres como o Coletivo bell hooks: psicologia e políticas do cuidado² (que coordeno) e o Coletivo AYA/UFRGS, onde nossas experiências e nossas produções não se excluem, nem são excluídas, onde não somos julgadas, não somos aquilo que saiu da curva da normalidade, nem as exóticas, nem aquelas pelas quais se sente pena ou raiva. O projeto que coordeno, intitulado “Erguer a voz na universidade: compartilhando leituras, escritas e experiências”³, também tem sido um coletivo bem importante nessa via de autorrecuperação – de minha negritude, marcada pelas tensões raciais de uma família interracial, os efeitos do racismo e do desejo de branqueamento; de minha sexualidade – que até em terapia foi marcada por intervenções heteronormativas; de minha autoestima, que sempre pareceu uma criança assustada em um canto da sala; enfim, espaço de assumir minha voz, mesmo que isso incomode ou que produza solidão em certos espaços – há outros, onde o que se produz é resistência e cuidado. Meu primeiro coletivo me ensinou que não estamos sozinhas, um coletivo de vozes femininas e negras como bell hooks, Audre Lorde, Lélia Gonzalez, Maya Angelou, Sueli Carneiro e Angela Davis.

Nesse processo de autorrecuperação vamos nos movimentando juntas. Tem sido um exercício árduo, mas também, grati-

2 Informações sobre o coletivo estão disponíveis em nosso perfil no Instagram: @coletivobellhooks.

3 Criado para ofertar espaços coletivos de acolhimento, escuta e troca de experiências a partir da leitura coletiva do livro Erguer a Voz de bell hooks.

ficante – não simples, não sem dolorir. Esse processo inclui não só a coragem de contarmos nossas histórias, mas a coragem de acolher as histórias umas das outras. Inclui, como diz bell hooks (2019), escrever e publicar coisas que sejam mais do que informar, mas que sejam testemunho. Testemunho do que enfrentamos e como enfrentamos nossas dores, nossas batalhas diárias. De como construímos percursos possíveis para nossa realização que, como diz Conceição Evaristo (2017), é sempre a realização de cada negro e negra que, em nosso passado, foi escravizado. Tenho encontrado espaços para escrever e compartilhar sobre algumas histórias, como a carta que escrevi para minha avó em um texto para pensar sobre saúde mental das mulheres negras (FERRUGEM, RODRIGUES; OLIVEIRA, 2022), sobre a experiência de ser uma docente negra, sobre o sexismo e racismo. Textos escritos com outras mulheres negras, companheiras de territórios acadêmicos.

Nesse caminho, tenho convidado outras/os a contarem suas experiências, como o correio de cartas (BATTISTELLI e RODRIGUES, 2021) que proponho em uma das disciplinas que ministro de Psicologia Social ou, como o convite que colocamos em roda através de projetos de extensão como o “Erguer a voz”. Afinal, como bell hooks nos convoca, é preciso sermos propositivas/os. Sinto que, muitas vezes, nós, na academia, temos receio desse movimento. Me parece que criticar se torna mais confortável do que fazer proposições. Mas também temos nos movimentado e movimentado a sociedade. E a ancestralidade e os coletivos que me precedem estão comigo na aposta por uma academia feminista e antirracista, que tenha como horizonte uma política de cuidado coletivo. É por isso que “nós sempre precisaremos promover e encorajar o ato de ‘erguer a voz’ (HOOKS, 2019, p. 21).

Referências

- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: PEDROSA, A.; CARNEIRO, A.; MESQUITA, A. (Orgs.). **Histórias das mulheres, histórias feministas**. [Volume 2]. São Paulo: MASP, 2019, p. 85-94.
- BATTISTELLI, B. **Carta-grafias: entre cuidado, pesquisa e acolhimento**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2017.
- BATTISTELLI, B.; RODRIGUES, L. Contar histórias desde aqui: por uma sala de aula feminista e amefricana. **Quaestio**, v. 23, n. 1, pp. 153–173, 2021.
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CERQUEIRA, D.; Et AL. (Orgs.). **Atlas da Violência 2020**. Brasília: IPEA, 2020.
- EVARISTO, C. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FERRUGEM, D.; RODRIGUES, L.; M. A. Um correio-memória de mulheres negras: narrativas do existir como cuidado em saúde mental. In: TOROSSIAN, S. D.; DAMICO, J. (Orgs.). **A clínica do contar ao contar da clínica**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2022. Pp.157-174.
- FREIRE, M. **Rasif: mar que arrebenta**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- HOOKS, B. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, pp. 464, 1995.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019a. Pp. 321-334.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019b. Pp. 190-214.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, pp. 25-49, 2016.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios do racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MENESES, M. P. Colonialismo como violência: a “missão civilizadora” de Portugal em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. especial, pp. 115-140, 2018.

MERHY, E.. Saúde e direitos: tensões de um SUS em disputa, molecularidades. **Saúde e Sociedade**, v. 21, pp. 267-279, 2012.

MUÑOZ, J.; SAMPAIO, C. **Billy Holliday**. São Paulo: Mino, 2017.

NASCIMENTO, L. **Poema sobre racismo**. 2017. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hLnQZKgAOf8>.

PIEDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

RODRIGUES, L. Por um cuidado antirracista. In: **Superando a situação de rua? cuidado e atenção a populações vulnerabilizadas**. Porto Alegre: Telessaúde/RS, UFRGS, 2020.